

Construções irregulares estão por toda parte

» A reportagem visitou alguns bairros da cidade e identificou diversas obras sem o alvará da prefeitura

KARINA BARACHO
Repórter

Com uma população estimada em pelo menos 2,7 milhões de habitantes, Salvador possui aproximadamente 700 mil unidades habitacionais. Desse total, cerca de 70% estão situadas em áreas de ocupação desordenada e irregular. Esse número é baseado no trabalho da Fiscalização do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (Crea-BA). O órgão aponta ainda que cerca de 65% das edificações da capital baiana estão fora dos padrões de infraestrutura necessários. As construções irregulares surgem também sem nenhum acompanhamento técnico e em alguns casos em locais inadequados.

Em diversos pontos é possível observar uma nova edificação. As estruturas crescem verticalmente e de forma desordenada. Os 'arranha-céus' possuem de quatro a mais de 20 andares. A equipe de reportagem da **Tribuna** percorreu diferentes áreas de Salvador para constatar esta realidade. Nos bairros de Fazenda Grande do Retiro e Pau da Lima, as edificações começam um pouco tímidas. Os alvarás de funcionamento não estavam à vista.

Moradora do bairro de Pau da Lima há cinco anos, a nutricionista Daniela Sá sabe exatamente o que é conviver com a irregularidade das edificações. "É impressionante a rapidez de como as novas construções nascem. Aquele prédio que está

construindo o segundo andar era apenas o térreo a pouco tempo atrás".

De acordo com a nutricionista as construções surgem, na maioria das vezes, como uma forma de o proprietário ter uma

grana a mais. "Conheço gente que bate laje na casa e constrói kitnetes em cima para alugar e dessa forma incrementar a renda da família. Principalmente em bairros populares essa prática é bastante comum". O pro-

blema segundo ela é a falta de acompanhamento técnico apropriado. "Eles (os proprietários) pensam que são mestres-de-obras e até engenheiros e infelizmente fazem as coisas da maneira que acham ser a correta".

70%
das 700 mil unidades habitacionais de Salvador não estão regularizadas

PERIGO
Crea alerta que 65% das edificações da capital baiana estão fora dos padrões de infraestrutura necessários

PRUDÊNCIA FAZ A DIFERENÇA

Com cinco casas e um prédio de dois andares alugados, o funcionário público Antônio Nogueira, 55 anos, diz que imóvel é o melhor investimento. “Nunca desvalorizam e me dão um bom dinheiro todo o mês”. Nogueira disse que em todos os empreendimentos ele fez questão de acompanhar as obras de perto. “Sempre tive a orientação de um engenheiro, justamente para não ter problemas”, ressalta ele.

Na Rua Luiz Anselmo, em Brotas, dois prédios mudam o cenário local. Em fase de acabamento, eles ostentam o alvará de construção liberado pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom) preso nos tapumes

que tapam a obra. Os moradores da redondeza dizem estar seguros com o número do documento à mostra. “Depois que soube daquela tragédia em Pernambués, corri para ver se aqui tinha o alvará, isso é um alívio”, disse uma das vizinhas do empreendimento Marcela Daltro, 50 anos. De longe, a população encara o fato com muita naturalidade, tornando-se alheia ao que ocorre dentro do perímetro urbano onde mora. Atitudes como a de Marcela são mais incomuns do que se imagina. É o que constatou o pedreiro José Adriano Oliveira. “Muita gente nem observa se tem licença ou não. Só quer saber da beleza e de como vai ficar o apartamento. Pensam apenas na decoração, no que vão fazer”.

É impressionante a rapidez de novas construções. Aquele prédio que está construindo o segundo andar era apenas o térreo a pouco tempo atrás

DANIELA SÁ
Moradora de Pau da Lima

IRREGULARES?
Na maioria das construções alvará não está a mostra

POLÍTICA PÚBLICA PARA CASAS

Grande parte das construções em Salvador são feitas sem a orientação de profissionais habilitados como engenheiros e arquitetos. Além disso, não possuem responsáveis técnicos pelo projeto nem pela execução da obra, sendo erguidas sem a infraestrutura necessária. Outro agravante é que, na maioria dos casos, não possuem licença da prefeitura para a construção.

De acordo com o presidente do Crea-BA, Jonas Dantas, os riscos desse tipo de obra são muitos, desde acidentes envolvendo o trabalhador que executa os serviços, sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e acidentes relativos à própria obra. “Como desmoronamentos, desabamentos e quedas”. Destacou ainda que pode existir o aumento do custo da

construção em decorrência da utilização inadequada dos materiais.

Sem a existência de projetos, as construções possuem uma alta incidência de insalubridade, como falta de ventilação e espaços mal dimensionados, o que prejudica a saúde dos moradores. Além da vulnerabilidade em relação aos aspectos climáticos. Nos períodos chuvosos aumenta a ocorrência de acidentes, principalmente nas áreas de risco.

“Nós do Crea-BA trabalhamos para que o poder público encare essa questão do direito à assistência técnica para moradia da mesma forma que trata da advocacia pública e da saúde. Ou seja, para que sejam disponibilizados mecanismos de engenharia e arquitetura públicas para as famílias de baixa renda”, disse Jonas Dantas. Conforme ele, isso seria nos moldes do que ocorre com a “defensoria pública e com a saúde pública”, concluiu.